

NORTE/SUL

# Proteção Civil quer mudar legislação para travar fogos urbanos

Autoridade Nacional está a preparar estratégia para reduzir mortalidade e danos. Em 2022, ocorreram mais de 9000 fogos urbanos, a maioria em habitações

Zulay Costa  
urbano@jn.pt

**PREVENÇÃO** A Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) quer saber o que está a causar tantas vítimas mortais em fogos nas habitações, para preparar uma estratégia que combata o flagelo e orientar alterações na legislação. A realidade espelhada no Anuário de Segurança contra Incêndio em Edifícios é preocupante: todos os anos há cerca de 9000 fogos urbanos e morrem dezenas de pessoas, sobretudo em casas dos centros urbanos.

“São muitos pequenos incêndios, uma realidade de muito escondida”, observa o diretor nacional do Serviço de Segurança Contra Incêndios, Pedro Barbosa, adiantando que a ANEPC pretende conhecer a fundo as causas, algo que carece de “articulação com PJ, que faz a investigação” e também de uma “melhor recolha de dados” aquando das ocorrências.

A ideia é conseguir definir estratégias para “intervir de forma ativa” a curto e longo prazos. “No imediato o foco vai ser tentar reduzir as vítimas”, mas a ANEPC pretende também fazer um estudo de caracterização da segurança contra incêndios em Portugal, que ajudará a perceber as alterações que são necessárias na lei.

“A longo prazo temos de alterar a legislação, será algo mais estrutural”, vinca o responsável.

“Tivemos indústrias e fábricas que arderam, mas a organização está feita de forma a garantir a rápida deteção e evacuação e não temos mortos nem feridos graves. A quase totalidade das vítimas está nas habitações, temos de perceber o que está a acontecer”, insiste Pedro Barbosa.

## PODER DE COMPRA

O projeto AI4MUFF – Inteligência Artificial para a Gestão do Grau de Prontidão no Combate aos Fogos Urbanos, liderado pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, identificou três grandes fatores a ter em conta: a densidade populacional, o estado do edifício e o poder de compra das populações (quanto maior este seja numa região, me-

nor a probabilidade de ocorrência de fogo urbano).

Os investigadores aproveitaram ainda a oportunidade para “repensar as localizações dos corpos de bombeiros e a sua área de serviço”, para que “no futuro se equacionem as melhores” localizações, tendo em conta a maior probabilidade de ocorrência, adianta a investigadora Regina Bispo, sublinhando o contributo da inteligência artificial para a análise de dez anos de dados.

## MATERIAIS UTILIZADOS

Há muitos fatores que influenciam os fogos urbanos. É o caso dos materiais usados (tanto para o mobiliário como o mobiliário que enche as habitações), as áreas dos compartimentos e a manutenção dos equipamentos elétricos, aponta por sua vez Aldina Santiago, professora associada da Universidade em Coimbra. Quando são usados materiais mais sintéticos e inflamáveis, a “ignição e desenvolvimento do incêndio dá-se muito mais rápido e atinge temperaturas muito mais elevadas”, especifica a especialista em fogos.

Há imóveis que têm regras apertadas, nomeadamente os públicos, a indústria e os edifícios de grandes dimensões, mas nas habitações particulares de dimensão mais reduzida não há tantas obrigações. ●

## DETALHES

### Mais no inverno

Em 2022, a maioria dos incêndios aconteceu em habitações e sobretudo de novembro a março. O Norte e Lisboa e Vale do Tejo registaram quase 70% dos casos.

### Falsos alarmes

No ano passado, foram registados 1706 falsos alarmes em Portugal continental (19%), valor similar aos anos anteriores. As ocorrências levaram ao acionamento de 12 223 bombeiros e 3571 viaturas.

## BALANÇO



9076 pessoas morreram e cerca de 100 ficaram feridas com gravidade, na sequência dos 9076 incêndios urbanos no país em 2022.